

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VOLUME IV



PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA VOLUME IV

Copyright by Superintendência de Organização, Normas e Procedimentos Administrativos

GOVERNADOR DO ESTADO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Diego Galdino de Araújo

SECRETÁRIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES

Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Diego Sousa de Carvalho

SUPERINTENDENTE DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS

Rosa Maria Mourão Abreu

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Calhau.

CEP: 65.051-200 São Luís - Maranhão

Fone: (098) 3131.4177

4ª Edição - SONPAD/2019-2022

CRÉDITOS

Elaboração: Supervisão de Normalização e Métodos Administrativos

Geycianne Mendes dos Santos

Ary Borges Filho

Dalvefran Teixeira Correa

Hilka Fernanda Mendonça Gomes

Railson Marques Garcez

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores por meio da Secretaria-Adjunta de Gestão, Modernização e Patrimônio apresentam o Perfil da Administração Pública – Administração Direta Volume IV com o intuito de orientar na forma objetiva os elementos históricos correspondentes ao período de 2019 a 2022.

Este Perfil é um manual prático que engloba as legislações, baseadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão, de criações, alterações e extinções dos órgãos que constituem a estrutura organizacional da Administração Direta do Estado do Maranhão.

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores espera oferecer as devidas orientações, de acordo com a necessidade do seu público alvo.

Esta Secretaria ficará responsável pela atualização de cada exemplar deste periódico.

Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira

Secretária de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores

SUMÁRIO

1. CASA CIVIL.....	4
2. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO.....	7
(SEGOV)	7
3. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS (SECAP).....	11
4. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)	13
5. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (STC)	15
6. COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CCL)	17
7. SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS (SEPE).....	20
8. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN)	23
9. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ)	25
10. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES (SEGEPE).....	27
11. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP).....	31
12. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP).....	35
13. SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEDIHPOP)	37
14. SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SECTI)	40
15. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECMA)	43
16. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR)	46
17. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO (SECTUR)	49
18. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC).....	51
19. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA (SINFRA)	55
20. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA)	57
21. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMU).....	59
22. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES).....	61
23. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID)	65
24. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (SAGRIMA)..	67
25. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF).....	69
26. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES).....	71
27. SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA (SEINC)	73

28. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER (SEDEL)	76
29. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETRES)	78

1. CASA CIVIL

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 153, de 01 de julho de 1912.

FINALIDADE

A Casa Civil, por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 tem finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e integração das Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e avaliação da ação governamental, na coordenação de programas e projetos estratégicos, na gestão do Diário Oficial do Estado, na articulação com órgãos e entidades das outras esferas de governo, na coordenação da atuação dos órgãos regionais, na promoção de eventos, relações com a sociedade, cerimonial público, ação militar do governo e representação governamental e outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

1. CASA CIVIL

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019 a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais fica transformada em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE).

A Agência Executiva Metropolitana (AGEM) e a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão (AGEMSUL), autarquias estaduais, passam a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID).

Fica instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 34.702, de 13 de março de 2019, a Secretaria de Estado Extraordinária da Região Tocantina (SERT) que tem por finalidade apoiar os municípios e entidades da sociedade civil da Região Tocantina, consoante prioridades fixadas pelo Governador do Estado, especialmente na execução de políticas públicas e sociais.

O Decreto nº 34.747, de 11 de abril de 2019 prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017, por mais 2 (dois) anos.

O Decreto nº 34.908, de 3 de junho de 2019 reorganiza a Casa Civil.

O Decreto nº 34.954, de 25 de junho de 2019 aprova o Regimento da Casa Civil.

2021

O Decreto nº 36.518, de 26 de fevereiro de 2021 transforma cargos em comissão na estrutura da Secretaria de

Estado da Cultura (SECMA) e da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), remaneja cargos em comissão entre as estruturas do Poder Executivo e altera o Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017.

O Decreto nº 37.080, de 5 de outubro de 2021 prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.702, de 13 de março de 2019.** Institui, no âmbito da Casa Civil, a Secretaria de Estado Extraordinária da Região Tocantina (SERT) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 49, de 14 de março de 2019, p.1. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 53, de 20 de março de 2019, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria

de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.747, de 11 de abril de 2019.** Prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI), instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 69, de 11 de abril de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.908, de 3 de junho de 2019.** Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 103, de 03 de junho de 2019, p.4. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 04 de junho de 2019, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.954, de 25 de junho de 2019.** Aprova o Regimento da Casa Civil e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 118, de 26 de junho de 2019, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.518, de 26 de fevereiro de 2021.** Transforma cargos em comissão na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) e da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), remaneja cargos em comissão entre as estruturas do Poder Executivo, altera o Decreto nº 32.733, de 22 de março de 2017, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 40, de 26 de janeiro de 2021, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.080, de 5 de outubro de 2021.** Prorroga o prazo de duração da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais - SRI, instituída, no âmbito da Casa Civil, por meio do Decreto nº 32.627, de 8 de fevereiro de 2017. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 5 de outubro de 2021, p.4.

2. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Ordinária nº 10.416, de 10 de março de 2016.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Governo tem por finalidade assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, especialmente nos atos de gestão dos negócios públicos, no monitoramento e na avaliação da ação governamental; na coordenação de programas e projetos estratégicos, cerimonial público; assessoria militar do governo; atuação na gestão da tecnologia de informação e administração de dados, bem como outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Governador do Estado.

2. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) é reorganizada por meio da Medida Provisória nº 291, de 22, de fevereiro de 2019 e passa ser vinculada à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Fica extinta a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL).

Ficam remanejados para a estrutura da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) todos os cargos pertencentes à estrutura da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL), podendo haver remanejamento subsequente por ato do Poder Executivo.

A Resolução nº 002/2019 – DIREX/EMARHP dispõe sobre a estrutura organizacional, modificação e alteração de cargos comissionados da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP).

A Medida Provisória nº 295, de 26 de junho de 2019 institui o Programa de Regularização Fundiária Urbana no Estado do Maranhão (REURB-MA) e o Fundo Estadual Imobiliário (FEI), dispõe sobre a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) e altera a Lei nº 10.521, de 19 de outubro de 2016, e a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019, convertida na Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019, altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança

contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O Decreto nº 35.468, de 6 de dezembro de 2019 dá a competência à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) para promover a revitalização de praças públicas localizadas no Estado do Maranhão.

2020

Fica atribuída à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), por meio do Decreto nº 35.580, de 22 de janeiro de 2020, a competência para administrar, conservar, fiscalizar, manter, controlar e proporcionar o lazer, limpeza e vigilância do Parque Ambiental de Codó e do Parque Ambiental de Bacabeira, de acordo com a legislação ambiental.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências.

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Resolução nº 002/2019 – DIREX/EMARHP.** Dispõe sobre a estrutura organizacional, modificação e alteração de cargos comissionados da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 75, de 23 de abril de 2019, p.18. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 83, de 6 de maio de 2019, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 295, de 26 de junho de 2019.** Institui o Programa de Regularização Fundiária Urbana no Estado do Maranhão (REURB-MA) e o Fundo Estadual Imobiliário - FEI, dispõe sobre a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP e altera a Lei nº 10.521, de 19 de outubro de 2016, e a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 118, de 26 de junho de 2019, p.1. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 119, de 27 de junho de 2019, p.1. Republicada por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 12 de setembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.468, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a competência da Secretaria de Estado

de Governo (SEGOV) para promover a revitalização de praças públicas localizadas no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 234, de 09 de dezembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.580, de 22 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre a administração e conservação do Parque Ambiental de Codó e do Parque Ambiental de Bacabeira e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 15, de 22 de janeiro de 2020, p.2.

3. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS (SECAP)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016/
Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP) tem por finalidade prestar assessoramento ao Governador no tocante ao relacionamento com a classe política, propor a agenda de atendimento político, coordenar as atividades de assessoria parlamentar, manter articulação político-institucional com a Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais, bem como desenvolver estudos e análises da conjuntura da política nacional e estadual de interesse dos programas e projetos da administração estadual.

3. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS (SECAP)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Decreto nº 35.040, de 31 de julho de 2019 cria na estrutura da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP), a Secretaria-Adjunta de Radiodifusão, chefiada pelo Secretário-Adjunto de Radiodifusão.

2021

A Medida Provisória nº 338, de 26, de janeiro de 2021, convertida na Lei nº 10.415 de 03 de março de 2021, altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS).

Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, mediante desmembramento, a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), passando a Secretaria de Estado da Comunicação Social e Articulação Política a denominar-se Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM).

A Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS) passa a integrar a estrutura da Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.040, de 31 de julho de 2019.** Cria a Secretaria Adjunta de Radiodifusão no âmbito da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos - SECAP, altera nomenclatura de cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 144, de 01 de agosto de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 338, de 26, de janeiro de 2021.** Altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 17, de 26 de janeiro de 2021, p.2. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 29 de janeiro de 2021, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.415 de 03 de março de 2021.** Altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 5 de março de 2021, p.79.

4. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 338, de 26, de janeiro de 2021 /
Lei nº 10.415 de 03 de março de 2021

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM), tem por finalidade assessorar o Governador nas áreas de comunicação social e relacionamento com a imprensa, promover a divulgação das ações do Governo, bem como dos seus órgãos e entidades, disseminar informações de interesse público, coordenar e acompanhar a criação e veiculação da publicidade institucional relativa a planos, programas, projetos e ações, estabelecendo suas políticas e diretrizes, objetivando a manutenção de um fluxo permanente de informação à sociedade.

4. ELEMENTOS HISTÓRICOS

do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 45, de 5 de março de 2021, p.79.

2021

A Medida Provisória nº 338, de 26, de janeiro de 2021, convertida na Lei nº 10.415 de 03 de março de 2021, altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS).

Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, mediante desmembramento, a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), passando a Secretaria de Estado da Comunicação Social e Articulação Política a denominar-se Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 338, de 26, de janeiro de 2021.** Altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 17, de 26 de janeiro de 2021, p.2. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 20, de 29 de janeiro de 2021, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.415 de 03 de março de 2021.** Altera a estrutura administrativa do Poder Executivo dispondo sobre a Secretaria de Estado de Articulação Política (SECAP), sobre a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOM) e sobre a Representação Institucional no Distrito Federal (REBRAS). Diário Oficial

5. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (STC)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 /
Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno e de Controle Social do Poder Executivo, assistirá direta e imediatamente ao Governador de Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração direta e indireta.

5. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (STC)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Decreto nº 34.684, de 28 de fevereiro de 2019 reorganiza a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.684, de 28 de fevereiro de 2019.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 42, de 28 de fevereiro de 2019, p.1. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 137, de 23 de julho de 2019, p.2. Republicado por Incorreção. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 151, de 12 de agosto de 2019, p.1. Republicado por Incorreção.

6. COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CCL)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 6.303 de 22 de maio de 1995.

FINALIDADE

A Comissão Central Permanente de Licitação tem por finalidade realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração estadual, adjudicar o objeto dos certames, expedir normas específicas para a instauração dos processos e elaboração dos atos convocatórios, delegar competências às Comissões Setoriais de Licitação, supervisionando, avaliando e controlando os atos por elas praticados, dispensar e inexigir licitações na forma e nas hipóteses previstas na legislação pertinente bem como emitir parecer sobre a celebração de termos aditivos aos contratos administrativos.

6. COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CCL)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica extinta, por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019, a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL).

Ficam transferidas para a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP) competências estabelecidas em atos normativos gerais e específicos, bem como as atribuições previstas em contratos, convênios e instrumentos congêneres para a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL), observada a presente Medida Provisória.

Caberá à SEGEP, mediante reorganização de sua estrutura, garantir o gerenciamento do Sistema de Registro de Preços, executando com exclusividade as licitações respectivas, por meio da Secretaria-Adjunta de Registro de Preços.

Os procedimentos licitatórios relativos ao Sistema de Registro de Preços em curso na Comissão Central Permanente de Licitação ficam remanejados para a SEGEP.

Os demais procedimentos licitatórios serão devolvidos à Comissão Setorial de Licitação de cada órgão ou ente, que passarão a funcionar sem limites de alçada.

Ficam remanejados para a estrutura da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV todos os cargos pertencentes à estrutura do órgão extinto pelo caput deste artigo, podendo haver remanejamento subsequente por ato do Poder Executivo.

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019, convertida na Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019, altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de

Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 12 de setembro de 2019, p.1.

7. SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS (SEPE)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 291, de 22, de fevereiro de 2019.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Programas Estratégicos por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019 tem finalidade prestar assessoramento ao Governador no que tange à estratégia estadual de longo prazo e às relações internacionais, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro, coordenar o Sistema Estadual de Estatística e de Estudos Socioeconômico e Cartográfico e servir como instrumento de apoio técnico aos municípios, no tocante ao planejamento estratégico.

7. SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS (SEPE)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019 a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais fica transformada em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) e tem finalidade prestar assessoramento ao Governador no que tange à estratégia estadual de longo prazo e às relações internacionais, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro, coordenar o Sistema Estadual de Estatística e de Estudos Socioeconômico e Cartográfico e servir como instrumento de apoio técnico aos municípios, no tocante ao planejamento estratégico.

O cargo de Secretário Extraordinário de Programas Especiais passa a denominar-se de Secretário de Estado de Programas Estratégicos.

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC) passa a ser vinculado à Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE).

O Decreto nº 34.695, de 11 de março de 2019 organiza a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE).

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019, convertida na Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019, altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos

Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

2021

Decreto nº 36.732, de 18 de maio de 2021 aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.695, de 11 de março de 2019.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos - SEPE. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 11 de março de 2019, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração

de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que

dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 12 de setembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.732, de 18 de maio de 2021.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 19 de maio de 2021, p.1.

8. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 2.669, de 29 de julho de 1966.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem por finalidade planejar, organizar e executar as políticas de governo relativas ao orçamento público; elaborar a programação orçamentária, o acompanhamento e o controle da execução orçamentária dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, a gestão do Tesouro, sua execução financeira e supervisão de dívida e encargos gerais; os serviços de contadoria; apoio a estudos e pesquisas socioeconômicas e geográficas de interesse para o planejamento governamental; a formulação, o desenvolvimento, a implementação, a coordenação e a gestão de políticas públicas, diretrizes e estratégias de captação de recursos e de parcerias estratégicas; a cooperação e a assistência técnica, bem como a manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência. (Redação dada pela Lei nº 10.461 de 23 de maio de 2016.)

8. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (IMESC) passa a ser vinculado à Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

9. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei de 04 de outubro de 1831.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Fazenda tem por finalidade assegurar o ingresso de receitas devidas, atendendo às necessidades da sociedade maranhense e de desenvolvimento do Estado, formulando e executando a política econômico-tributária; realizar a administração fazendária; dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado.

9. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFAZ)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Decreto nº 34.729, de 30 de março de 2019 desativa unidades de fiscalização de mercadorias em trânsito da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.729, de 30 de março de 2019.** Desativa unidades de fiscalização de mercadorias em trânsito da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 61, de 01 de abril de 2019, p.3.

**10.
SECRETARIA
DE ESTADO DA
GESTÃO,
PATRIMÔNIO E
ASSISTÊNCIA
DOS
SERVIDORES
(SEGEP)**

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 649, de 26 de setembro de 1942.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores, órgão de gestão instrumental e desenvolvimento institucional, tem por finalidade planejar, organizar, executar as políticas de governo relativas à gestão pública, abrangendo: recursos humanos, material, logística, modernização administrativa, organização e métodos e patrimônio, bem como a manutenção dos sistemas corporativos informatizados de sua área de competência.

10. SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES (SEGEp)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP) é reorganizada por meio da Medida Provisória nº 291, de 22, de fevereiro de 2019 e passa ser vinculada à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Fica extinta a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL).

Ficam transferidas para a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEp) competências estabelecidas em atos normativos gerais e específicos, bem como as atribuições previstas em contratos, convênios e instrumentos congêneres para a Comissão Central Permanente de Licitação (CCL), observada a presente Medida Provisória.

Fica criada na estrutura da SEGEp a Secretaria-Adjunta de Registro de Preços. Os cargos serão providos de remanejamento de cargos pelos respectivos órgãos e unidades administrativas na forma de Decreto a ser editado pelo Poder Executivo.

Caberá à SEGEp, mediante reorganização de sua estrutura, garantir o gerenciamento do Sistema de Registro de Preços, executando com exclusividade as licitações respectivas, por meio da Secretaria-Adjunta de Registro de Preços.

Os procedimentos licitatórios relativos ao Sistema de Registro de Preços

em curso na Comissão Central Permanente de Licitação ficam remanejados para a SEGEp.

O Decreto nº 34.711, de 25 de março de 2019 altera o Decreto nº 33.845, de 28 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEp).

O Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019 reorganiza a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEp).

O Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019 reorganiza a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEp).

2020

O Decreto nº 36.160, de 11 de setembro de 2020 dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) e sobre Portal de Compras Governamentais do Estado do Maranhão.

A Lei nº 11.342, de 29 de setembro de 2020 institui, no âmbito do Poder Executivo, como órgão do Sistema de Segurança Pública, a Polícia Penal, reorganiza o Subgrupo Atividades Penitenciárias do Grupo Segurança do Plano Geral de Carreiras, Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual (PGCE).

2021

O Decreto nº 36.739, de 19 de maio de 2021 altera o Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da

Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP).

A Lei nº 11.528, de 20 de agosto de 2021 altera a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Lei nº 10.322, de 24 de setembro de 2015, a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.711, de 25 de março de 2019.** Altera o Decreto nº 33.845, de 28 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 57, de 26 de março de 2019, p.6.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (SEGEP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 181, de 23 de setembro de 2019, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores - SEGEPE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 227, de 28 de novembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.160, de 11 de setembro de 2020.** Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) e sobre Portal de Compras Governamentais do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 14 de setembro de 2020, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.342, de 29 de setembro de 2020.** Institui, no âmbito do Poder Executivo, como órgão do Sistema de Segurança Pública, a Polícia Penal, reorganiza o Subgrupo Atividades Penitenciárias do Grupo Segurança do Plano Geral de Carreiras, Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual (PGCE), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 181, de 29 de setembro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.739, de 19 de maio de 2021.** Altera o Decreto nº 35.209, de 23 de setembro de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores - SEGEPE. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 19 de maio de 2021, p.23. Diário Oficial do Estado do

Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 97, de 24 de maio de 2021, p.1. Republicado por Incorreção.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.528, de 20 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, a Lei nº 10.322, de 24 de setembro de 2015, a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 158, de 20 de agosto de 2021, p.3.

.

11. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Segurança Pública tem por finalidade a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio e a integração dos planos e programas de prevenção da violência e controle da criminalidade.

11. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019 altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Fica instituído, por meio da Lei nº 11.139, de 22 de outubro de 2019, o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FES), de natureza contábil-financeira, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), destinado a promover a modernização e o desenvolvimento dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública, por meio de programas e projetos na área de segurança pública e defesa social.

Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), por meio Decreto nº 35.336, de 4 de novembro de 2019, a Força-Tarefa de Proteção à Vida Indígena (FT - Vida), composta por integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, com duração indeterminada.

A Lei nº 11.161, de 11 de novembro de 2019 dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e cria o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

Fica criada, na estrutura da Polícia Civil do Estado do Maranhão, por meio Medida Provisória nº 303, de 12 de dezembro de 2019, a Perícia Oficial de Natureza Criminal, a qual terá por atribuição a realização de exames periciais necessários à elucidação de ilícitos penais.

2020

O Decreto nº 35.834, de 21 de maio de 2020 altera o Decreto nº 21.201, de 05 de maio de 2005, que regulamenta o Fundo Especial de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 8.192, de 3 de dezembro de 2004.

A Medida Provisória nº 317, de 5 de junho de 2020, convertida na Lei nº 11.295 de 14 de julho de 2020, altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão.

A Medida Provisória nº 320, de 10 de julho de 2020, convertida na Lei nº 11.316, de 7 de agosto de 2020, dispõe sobre os efeitos da Medida Provisória nº 317, de 05 de junho de 2020, que altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão.

O Decreto nº 36.033, de 11 de agosto de 2020 aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FES).

A Lei nº 11.346, de 29 de setembro de 2020 dispõe sobre criação e transformação de Organizações Policial Militar da Polícia Militar e altera dispositivos da Lei nº 10.131, de 30 de julho

de 2014, da Lei nº 10.669, de agosto de 2017, e da Lei nº 10.823, de 26 de março de 2018.

2021

A Medida Provisória nº 353, de 5 de maio de 2021, convertida na Lei nº 11.485 de 1º de junho de 2021, dispõe sobre a criação da Força Estadual Integrada de Segurança Pública.

A Medida Provisória nº 355, de 18, de maio de 2021, convertida na Lei nº 11.487 de 1º de junho de 2021, dispõe sobre a criação do 2º Batalhão de Polícia Militar de Turismo e do 39º Batalhão de Polícia Militar.

A Medida Provisória nº 374, de 22 de dezembro de 2021 dispõe sobre a extinção e criação de cargos e sobre a transformação de unidades na estrutura da Polícia Militar do Estado do Maranhão.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.139, de 22 de outubro de 2019.** Institui o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 202, de 22 de outubro de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.336, de 4 de novembro de 2019.** Cria, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, a Força-Tarefa de Proteção à Vida Indígena (FT - Vida). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 210, de 4 de novembro de 2019, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.161, de 11 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, cria o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 216, de 12 de novembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 303, de 12 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a Perícia Oficial de Natureza Criminal, órgão integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 237, de 12 de dezembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.834, de 21 de maio de 2020.** Altera o Decreto nº 21.201, de 05 de maio de 2005, que regulamenta o Fundo Especial de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 8.192, de 3 de dezembro de 2004. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 93, de 21 de maio de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 317, de 5 de junho de 2020.** Altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de

1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 5 de junho de 2020, p.1. Republicada por Incorreção. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 105, de 8 de junho de 2020, p.1

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 320, de 10 de julho de 2020.** Dispõe sobre os efeitos da Medida Provisória nº 317, de 05 de junho de 2020, que altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.295 de 14 de julho de 2020.** Altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 131, de 17 de julho de 2020, p.37

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.316, de 7 de agosto de 2020.** Dispõe sobre os efeitos da Lei nº 11.295, de 14 de julho de 2020, referente à Medida Provisória nº 317, de 05 de junho de 2020, que altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 146, de 7 de agosto de 2020, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.033, de 11 de agosto de 2020.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FES). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo,

Maranhão, 148, de 11 de agosto de 2020, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.346, de 29 de setembro de 2020.** Dispõe sobre criação e transformação de Organizações Policial Militar da Polícia Militar e altera dispositivos da Lei nº 10.131, de 30 de julho de 2014, da Lei nº 10.669, de agosto de 2017, e da Lei nº 10.823, de 26 de março de 2018, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 183, de 1 de outubro de 2020, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 353, de 5 de maio de 2021.** Dispõe sobre a criação da Força Estadual Integrada de Segurança Pública. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 84, de 5 de maio de 2021, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.485 de 1º de junho de 2021.** Dispõe sobre a criação da Força Estadual Integrada de Segurança Pública. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 2 de junho de 2021, p.108.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.487 de 1º de junho de 2021.** Dispõe sobre a criação do 2º Batalhão de Polícia Militar de Turismo e do 39º Batalhão de Polícia Militar, e dá outras disposições. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 104, de 2 de junho de 2021, p.108.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 374, de 22 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a extinção e criação de cargos e sobre a transformação de unidades na estrutura da Polícia Militar do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 238, de 22 de dezembro de 2021, p.1.

12. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária tem como finalidade cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal, a organização, a administração, a coordenação e a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, o acompanhamento e a supervisão do cumprimento de progressões de penas, o exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas, objetivando, especialmente, a ressocialização dos sentenciados, por meio de programas, projetos e ações destinados à sua capacitação profissional, à assistência às suas famílias e à inclusão ou reinclusão social dos egressos do sistema carcerário.

12. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2021

O Decreto nº 36.458, de 4 de janeiro de 2021 reorganiza a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.458, de 4 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 1, de 4 de janeiro de 2021, p.4.

13. SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEDIHPOP)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular tem como finalidade formular, articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com a participação da sociedade civil.

13. SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEDIHPOP)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019 altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Fica criado por meio Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019, o Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) com a finalidade de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação, oficinas de empreendedorismo, artes e cultura.

O Decreto nº 35.175, de 6 de setembro de 2019 altera o Decreto nº 30.660, de 6 de março de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

2020

A Escola dos Conselhos, criada pela Lei nº 10.714, de 14 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), passa a denominar-se ESCOLA ELISÂNGELA CORREIA CARDOSO, em memória da servidora pública estadual, digna defensora dos direitos humanos, em especial, de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão.

Fica instituído, por meio do Decreto nº 35.884, de 16 de junho de 2020, o “Plano Juventude Viva: Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra”, no âmbito da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude, com o objetivo de promover a educação e sensibilização de agentes institucionais e atores sociais no Estado do Maranhão.

Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), o Fundo Estadual de Apoio aos Povos Indígenas (FEAPI) que terá por finalidade captar e gerir recursos destinados ao fomento de ações de conservação e produção voltadas aos povos indígenas, no âmbito do Estado do Maranhão.

2021

A Lei nº 11.477, de 14 de maio de 2021 institui o Programa Agente de Desenvolvimento Rural Quilombola.

O Programa será executado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF),

Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP) e Escola de Governo do Estado do Maranhão (EGMA).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a criação do Centro de Iniciação ao Trabalho e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 28 de agosto de 2019, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.175, de 6 de setembro de 2019.** Altera o Decreto nº 30.660, de 6 de março de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 170, de 06 de setembro de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.823, de 15 de maio de 2020.** Denomina Escola Elisângela Correia Cardoso a Escola dos Conselhos, vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 18 de maio de 2020, p.25.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.884, de 16 de junho de 2020.** Institui o “Plano Juventude Viva: Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra” no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 109, de 16 de junho de 2020, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.317, de 10 de agosto de 2020.** Cria o Fundo Estadual de Apoio aos Povos Indígenas (FEAPI), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 147, de 10 de agosto de 2020, p.1

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.477, de 14 de maio de 2021.** Institui o Programa Agente de Desenvolvimento Rural Quilombola. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 92, de 17 de maio de 2021, p.1.

14. SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SECTI)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Inovação tem a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, do ensino superior, técnico e profissional, e da pesquisa básica e aplicada, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

14. SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SECTI)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia estadual, passa a ser vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

2020

O Decreto nº 35.574, de 15 de janeiro de 2020 altera o Decreto nº 33.727, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Lei nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020 dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2021

O Decreto nº 37.060, de 28 de setembro de 2021 denomina “IEMA Professora Maria das Graças Saraiva Barroso” a unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão que especifica.

A Medida Provisória nº 366, de 25, de novembro de 2021 reorganiza o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e institui o Programa Bolsa-Aluno.

O Decreto nº 37.258, de 6 de dezembro de 2021 denomina “IEMA Estaleiro Escola - Luiz Phelipe Andrés” a unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão que especifica.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.574, de 15 de janeiro de 2020.** Altera o Decreto nº 33.727, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 10, de 15 de janeiro de 2020, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 229, de 10 de dezembro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.060, de 28 de setembro de 2021.** Denomina “IEMA Professora Maria das Graças Saraiva Barroso” a unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 182, de 28 de setembro de 2021, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 366, de 25, de novembro de 2021.** Reorganiza o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e institui o Programa Bolsa-Aluno. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 220, de 25 de novembro de 2021, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.258, de 6 de dezembro de 2021.** Denomina “IEMA Estaleiro Escola - Luiz Phelipe Andrés” a unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 227, de 6 de dezembro de 2021, p.11.

.

15. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECMA)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto Lei nº 934, de 31 de julho de 1953.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Cultura tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura, bem como administrar os espaços culturais, promover formas de produções culturais, a partir da realidade local, e estabelecer calendário integrado de eventos e ações com secretarias afins, conforme o disposto na Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.

15 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SECMA) ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criada, por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) passa a denominar-se Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

Fica criado o cargo de Secretário de Estado do Turismo.

O cargo de Secretário de Estado da Cultura e Turismo passa a denominar-se de Secretário de Estado da Cultura.

A Secretaria de Estado da Cultura tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura, bem como administrar os espaços culturais, promover formas de produções culturais, a partir da realidade local, e estabelecer calendário integrado de eventos e ações com secretarias afins.

O Decreto nº 34.813, de 7 de maio de 2019 cria o Museu do Reggae no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

O Decreto nº 34.826, de 9 de maio de 2019 cria a Casa do Tambor de Crioula do Maranhão no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

O Decreto nº 34.828, de 9 de maio de 2019 cria o Museu das Embarcações no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, por meio da Lei nº 11.120, de 7 de outubro de 2019, o Sistema Maranhense de Museus (SIMM)

que será organizado em conformidade com o Sistema Brasileiro de Museus.

A Lei nº 11.145, de 31 de outubro de 2019 altera a Lei nº 10.509, de 16 de setembro de 2016, que institui o Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras da Cultura Popular do Maranhão.

2020

O Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020 organiza a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

O Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020 dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

2021

O Decreto nº 36.734, de 18 de maio de 2021 reorganiza a Fundação da Memória Republicana Brasileira.

O Decreto nº 37.108, de 13 de outubro de 2021 transfere unidades administrativas, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) para a estrutura da Secretaria de Estado da Educação SEDUC, cria unidades administrativas, cargos em comissão na estrutura da SEDUC, transforma e altera nomenclaturas e altera o Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020, da SECMA.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas

Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.813, de 7 de maio de 2019.** Cria o Museu do Reggae no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 08 de maio de 2019, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.826, de 9 de maio de 2019.** Cria a Casa do Tambor de Crioula do Maranhão no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 09 de maio de 2019, p.8.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.828, de 9 de maio de 2019.** Cria o Museu das Embarcações no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 86, de 09 de maio de 2019, p.9.

MARANHÃO (Estado). **A Lei nº 11.120, de 7 de outubro de 2019.** Institui o Sistema Maranhense de Museus (SIMM). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 191, de 07 de outubro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.145, de 31 de outubro de 2019.** Altera a Lei nº 10.509, de 16 de setembro de 2016, que institui o Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras da Cultura Popular do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 209, de 01 de novembro de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 92, de 20 de maio de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 196, de 21 de outubro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.734, de 18 de maio de 2021.** Dispõe sobre a reorganização da Fundação da Memória Republicana Brasileira e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 19 de maio de 2021, p.13. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 101, de 28 de maio de 2021, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.108, de 13 de outubro de 2021.** Transfere unidades administrativas, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) para a estrutura da Secretaria de Estado da Educação SEDUC, cria unidades administrativas, cargos em comissão na estrutura da SEDUC, transforma e altera nomenclaturas e altera o Decreto nº 35.822, de 15 de maio de 2020, da SECMA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 192, de 13 de outubro de 2021, p.30.

16. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Turismo tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, com geração de emprego e renda, conforme o disposto na Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.

16 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criada, por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) passa a denominar-se Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

Fica criado o cargo de Secretário de Estado do Turismo.

O cargo de Secretário de Estado da Cultura e Turismo passa a denominar-se de Secretário de Estado da Cultura.

A Secretaria de Estado do Turismo tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, com geração de emprego e renda.

O Decreto nº 34.694, de 11 de março de 2019 organiza a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

A Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019, convertida na Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019, altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do

Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências.

2020

O Decreto nº 35.808, de 13 de maio de 2020 dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estadual do Turismo do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 35.821, de 14 de maio de 2020 aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.694, de 11 de março de 2019.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 11 de março de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração

de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 296, de 12 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 130, de 12 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.102, de 12 de setembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.546, de 29 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão, a Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019, que reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos, e dá outras providências, e a Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que

dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 174, de 12 de setembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.808, de 13 de maio de 2020.** Dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estadual do Turismo do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 88, de 13 de maio de 2020, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.821, de 14 de maio de 2020.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 18 de maio de 2020, p.7.

17. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO (SECTUR)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 /
Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo tem a finalidade de planejar, coordenar e executar a política estadual de cultura bem como administrar os espaços culturais, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções culturais, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à promoção da qualidade de vida, bem como formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de turismo, articulando com órgãos de outras esferas de governo, visando à sustentabilidade do turismo e a promoção do desenvolvimento local e regional, conforme o disposto na Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016, convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

17. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO (SECTUR)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criada, por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), passando a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) a denominar-se de Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

18. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Educação tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de educação básica, primando pela universalização do acesso à escola e pela melhoria da qualidade do ensino., conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

18. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia estadual, passa a ser vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

A Fundação Nice Lobão, entidade sem fins lucrativos dotada de personalidade jurídica de direito público e integrante da Administração Pública Estadual Indireta, fica transformada em unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

A Medida Provisória nº 293, de 08 de maio de 2019 reorganiza a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019 reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

Fica denominado de “Centro de Ensino Professora Lucília Moreira”, por meio do Decreto nº 34.850, de 14 de maio de 2019, o Anexo Pacas do Centro de Ensino Dom Ungarelli, localizado no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

O Decreto nº 34.901, de 31 de maio de 2019 denomina de “Centro de Ensino José Ribamar Santos Silva”, a escola estadual criada no Município de Olinda Nova do Maranhão.

Fica denominado de “Centro de Ensino Dr. Jackson Lago”, por meio Decreto nº 34.924, de 5 de junho de 2019, o Anexo I do Centro de Ensino Dom Ungarelli, localizado no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

A Lei nº 11.053, de 2 de julho de 2019 extingue a Fundação Nice Lobão e dá outras providências.

Fica criado por meio Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019, o Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) com a finalidade de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação, oficinas de empreendedorismo, artes e cultura.

A Lei nº 11.105, de 19 de setembro de 2019 reorganiza administrativamente a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 35.240, de 3 de outubro de 2019 altera o Anexo Único do Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

O Decreto nº 35.434, de 26 de novembro de 2019 modifica o Anexo Único do Decreto nº 35.240, de 3 de outubro de 2019, que altera o Anexo Único do Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.

2020

O Decreto nº 35.570, de 10 de janeiro de 2020 altera o Decreto nº 34.814, de 07 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 36.400, de 14 de dezembro de 2020 denomina de “Centro de Ensino Antilhon Teóphlo Ramos Rocha”, a escola estadual criada no Município de Zé Doca.

O Decreto nº 36.456, de 31 de dezembro de 2020 altera o Decreto nº 35.890, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre a reorganização da rede de ensino da

Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

2021

O Decreto nº 36.817, de 25 de junho de 2021 reorganiza a Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

O Decreto nº 37.343, de 27 de dezembro de 2021 reorganiza a Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 293, de 08 de maio de 2019.** Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado da

Educação (SEDUC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 08 de maio de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019.** Reorganiza a Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 85, de 08 de maio de 2019, p.14.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.850, de 14 de maio de 2019.** Dispõe sobre a criação do “Centro de Ensino Professora Lucília Moreira” e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 15 de maio de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.901, de 31 de maio de 2019.** Denomina de “Centro de Ensino José Ribamar Santos Silva”, a escola estadual criada no Município de Olinda Nova do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 103, de 03 de junho de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.924, de 5 de junho de 2019.** Dispõe sobre a criação do “Centro de Ensino Dr. Jackson Lago” e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 06 de junho de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.053, de 2 de julho de 2019.** Extingue a Fundação Nice Lobão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 123, de 03 de julho de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a criação do Centro de Iniciação ao Trabalho e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 163, de 28 de agosto de 2019, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.105, de 19 de setembro de 2019.** Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 179, de 19 de setembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.240, de 3 de outubro de 2019.** Altera o Anexo Único do Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 190, de 04 de outubro de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.434, de 26 de novembro de 2019.** Modifica o Anexo Único do Decreto nº 35.240, de 3 de outubro de 2019, que altera o Anexo Único do Decreto nº 34.814, de 7 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 27 de novembro de 2019, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.570, de 10 de janeiro de 2020.** Altera o Decreto nº 34.814, de 07 de maio de 2019, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 8, de 13 de janeiro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.400, de 14 de dezembro de 2020.** Denomina de “Centro de Ensino Antilhon Teópho Ramos Rocha”, a escola estadual criada no Município de Zé Doca. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder

Executivo, Maranhão, 232, de 15 de dezembro de 2020, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.456, de 31 de dezembro de 2020.** Altera o Decreto nº 35.890, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre a reorganização da rede de ensino da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.817, de 25 de junho de 2021.** Dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 120, de 28 de junho de 2021, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.343, de 27 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a reorganização da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 240, de 27 de dezembro de 2021, p.3.

.

19. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA (SINFRA)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.703, de 31 de dezembro de 1958.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Infraestrutura tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas e projetos de obras de infraestrutura e de transportes, conforme disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

19. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA (SINFRA)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2020

O Decreto nº 35.571, de 10 de janeiro de 2020 organiza a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

O Decreto nº 35.571, de 10 de janeiro de 2020 organiza a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

O Decreto nº 36.044, de 13 de agosto de 2020 aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.571, de 10 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 8, de 13 de janeiro de 2020, p.34.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.571, de 10 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 60, de 30 de março de 2020, p.4.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.044, de 13 de agosto de 2020.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 150, de 13 de agosto de 2020, p.4.

20. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais tem por finalidade planejar e coordenar a execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, conforme disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

20. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS (SEMA)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criado, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), por meio do Decreto nº 35.022, de 19 de julho de 2019, o Escritório Regional de Imperatriz, que terá por finalidade coordenar, desenvolver e executar as políticas relativas à promoção, organização, fiscalização e controle das ações relativas à exploração e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, na área abrangida pelos municípios constantes do Anexo I deste Decreto.

2020

Fica instituída por meio da Lei nº 11.365, de 19 de outubro de 2020, a Escola Ambiental do Estado do Maranhão, que tem por objetivo viabilizar a execução da Política Estadual de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de educação formal e não formal, no âmbito público e privado, visando, além da sensibilização socioambiental, a geração de trabalho e renda.

2021

O Decreto nº 36.975, de 25 de agosto de 2021 regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão (CONERH/MA) e revoga o Decreto nº 27.319 de 14 de abril de 2011.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.022, de 19 de julho de 2019.** Dispõe sobre a criação do Escritório Regional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) em Imperatriz e dá outras providências. Diário Oficial do

Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 19 de julho de 2019, p.47.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.365, de 19 de outubro de 2020.** Cria e organiza a Escola Ambiental do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 195, de 20 de outubro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.975, de 25 de agosto de 2021.** Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão (CONERH/MA) e revoga o Decreto nº 27.319 de 14 de abril de 2011.

21. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMU)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 8.559 de 28 de dezembro de 2006.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Mulher tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar planos, programas, projetos e ações que visem à defesa dos direitos da mulher, assegurando sua plena participação na vida socioeconômica, política e cultural do Estado bem como articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

21. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER (SEMU)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica instituído o “Capacita Mulher”, estrutura especializada na capacitação de mulheres em situação de violência, vinculada à Secretaria de Estado da Mulher, que tem por objetivo ampliar a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres e de inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.693, de 8 de março de 2019**. Institui o “Capacita Mulher”, estrutura especializada na capacitação de mulheres em situação de violência. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 46, de 11 de março de 2019, p.1.

22. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Saúde por meio da Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, passa ter a finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de saúde e saneamento.

22. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Lei nº 11.034, de 28 de maio de 2019 dispõe sobre a composição, a organização, as atribuições e o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde (CES)/MA.

O Decreto nº 34.992, de 9 de julho de 2019 aprova a alteração do Estatuto Social da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH).

A Lei nº 11.114, de 2 de outubro de 2019 institui a Escola de Saúde do Estado do Maranhão - ESP/MA, cria o Programa INOVA SAÚDE e o Programa Estadual de Bolsas de Estudo, Pesquisa e Extensão no Sistema Único de Saúde.

O Decreto nº 34.360, de 30 de julho de 2018 aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Fundo Estadual de Combate ao Câncer.

2020

Fica denominado Hospital Antônio Hadade o hospital, integrante da rede estadual de saúde, localizado na Rodovia MA-014, s/n, Bairro Vila Zizi, município de Viana - MA.

O Decreto nº 35.651, de 12 de março de 2020 altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MA).

Fica denominado Hospital Dr. Raimundo Lima, por meio do Decreto nº 35.794, de 7 de maio de 2020, a unidade hospitalar da rede estadual de saúde localizada na Avenida Getúlio Vargas, 2508, Monte Castelo, São Luís, MA.

O Decreto nº 35.866, de 1º de junho de 2020 denomina Hospital Regional Dr. Rubens Jorge a unidade hospitalar da rede estadual de saúde localizada no município de Lago da Pedra.

O Decreto nº 35.949, de 10 de julho de 2020 denomina “Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão - Dr. Rafael Seabra” a unidade hospitalar da rede estadual de saúde que especifica.

O Decreto nº 36.247, de 6 de outubro de 2020 aprova o Regimento Interno da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão, instituída pela Lei Estadual nº 11.114, de 2 de outubro de 2019.

A Lei nº 11.358, de 8 de outubro de 2020 altera a nomenclatura do Centro de Saúde “Dr. Genésio Rêgo”, cria o Instituto Maranhense de Infectologia (IMI).

O Decreto nº 36.440, de 28 de dezembro de 2020 denomina de “Centro de Hemodiálise Hilda Pereira Barbosa” o Centro de Hemodiálise do Município de Pinheiro.

2021

O Decreto nº 36.624, de 23 de março de 2021 denomina “Hospital Regional de Balsas - Dr. Bernardino” a unidade hospitalar da rede estadual de saúde que especifica.

O Decreto nº 36.874, de 20 de julho de 2021 altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

O Decreto nº 36.933, de 9 de agosto de 2021 altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

O Decreto nº 37.253, de 3 de dezembro de 2021 denomina “Hospital José Ferreira dos Reis” a unidade hospitalar da

Rede Estadual localizada no município de Paulino Neves/MA.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.034, de 28 de maio de 2019.** Dispõe sobre a composição, a organização, as atribuições e o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde (CES)/MA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 100, de 29 de maio de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.992, de 9 de julho de 2019.** Aprova a alteração do Estatuto Social da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 128, de 10 de julho de 2019, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.114, de 2 de outubro de 2019.** Institui a Escola de Saúde do Estado do Maranhão - ESP/MA, cria o Programa INOVA SAÚDE e o Programa Estadual de Bolsas de Estudo, Pesquisa e Extensão no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 188, de 02 de outubro de 2019, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.360, de 30 de julho de 2018.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Fundo Estadual de Combate ao Câncer. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 238, de 13 de dezembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.569, de 7 de janeiro de 2020.** Denomina Hospital Antônio Hadade o hospital, integrante da rede estadual de saúde, localizado no Município de Viana, MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 4, de 7 de janeiro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.651, de 12 de março de 2020.** Altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES)/MA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 48, de 12 de março de 2020, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.794, de 7 de maio de 2020.** Denomina Dr. Raimundo Lima a unidade hospitalar da rede estadual de saúde localizada no bairro Monte Castelo, na capital São Luís. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 84, de 7 de maio de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.866, de 1º de junho de 2020.** Denomina Hospital Regional Dr. Rubens Jorge a unidade hospitalar da rede estadual de saúde localizada no município de Lago da Pedra. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 100, de 1 de junho de 2020, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.949, de 10 de julho de 2020.** Denomina “Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão - Dr. Rafael Seabra” a unidade hospitalar da rede estadual de saúde que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 126, de 10 de julho de 2020, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.247, de 6 de outubro de 2020.** Aprova o Regimento Interno da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão, instituída pela Lei Estadual nº 11.114, de 2 de outubro de 2019, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 187, de 7 de outubro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.358, de 8 de outubro de 2020.** Altera a nomenclatura do Centro de Saúde “Dr. Genésio Rêgo”, cria o Instituto Maranhense

de Infectologia (IMI), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 188, de 8 de outubro de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.440, de 28 de dezembro de 2020.** Denomina de “Centro de Hemodiálise Hilda Pereira Barbosa” o Centro de Hemodiálise do Município de Pinheiro. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 240, de 28 de dezembro de 2020, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.624, de 23 de março de 2021.** Denomina “Hospital Regional de Balsas - Dr. Bernardino” a unidade hospitalar da rede estadual de saúde que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 57, de 23 de março de 2021, p.6

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.874, de 20 de julho de 2021.** Altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 135, de 20 de julho de 2021, p.13

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.933, de 9 de agosto de 2021.** Altera a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 149, de 9 de agosto de 2021, p.3

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.253, de 3 de dezembro de 2021.** Denomina “Hospital José Ferreira dos Reis” a unidade hospitalar que especifica. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 226, de 3 de dezembro de 2021, p.3

23. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento urbano, notadamente nas áreas de habitação e saneamento, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

23. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO (SECID)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Agência Executiva Metropolitana (AGEM) e a Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão (AGEMSUL), autarquias estaduais, passam a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID).

Fica instituído, por meio do Decreto nº 34.959, de 26 de junho de 2019, o Programa Nosso Centro que tem por objetivo tornar o Centro da cidade de São Luís referência em inovação e desenvolvimento sustentável, bem como preservar o seu valor histórico e cultural.

2021

O Decreto nº 36.661, de 6 de abril de 2021 altera o Decreto nº 28.255, de 1º de junho de 2012.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.959, de 26 de junho de 2019.** Institui o Programa Nosso Centro. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 118, de 26 de junho de 2019, p.23.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.661, de 6 de abril de 2021.** Transforma cargos em comissão na estrutura da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), remaneja cargo em comissão da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) para estrutura da SECID, e altera o Decreto nº 28.255, de 1º de junho de 2012. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 65, de 7 de abril de 2021, p.4.

24. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (SAGRIMA)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 1.704, de 31 de dezembro de 1958.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca tem por finalidade formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária, estimulando o agronegócio, a agricultura, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo, a defesa e inspeção animal e vegetal, a pesquisa, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos, bem como fomentar a pesca e a aquicultura sustentáveis, promovendo o ordenamento, a regulação, o incentivo, o monitoramento e a fiscalização de suas atividades, compreendendo todo processo de exploração e aproveitamento destes recursos, abrangendo as operações de captura, cultivo, conservação, processamento, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos delas decorrentes, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, conforme o disposto na Medida Provisória nº 214, de 2 de fevereiro de 2016 convertida na Lei nº 10.416, de 10 de março de 2016.

24. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (SAGRIMA)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2020

Ficam instituídos por meio do Decreto nº 36.214, de 30 de setembro de 2020, os Polos de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, denominados de Costa Amazônica, Turi, Mearim, Águas, Sul Maranhense, Leste Maranhense, Costa Oriental, Metropolitano e Cocaís, com abrangência nos municípios do Estado do Maranhão, conforme determinado em Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

Fica instituída, por meio do Decreto nº 36.216, de 30 de setembro de 2020, a Câmara Setorial da Pesca do Estado do Maranhão (CAPESC), de caráter propositivo e consultivo, visando apoiar a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca, na gestão dos Polos de Desenvolvimento Sustentável da Pesca pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.214, de 30 de setembro de 2020.** Institui Polos de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado do Maranhão (PODEPAQ). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 182, de 30 de setembro de 2020, p.16.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.216, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Câmara Setorial da Pesca do Estado do Maranhão (CAPESC), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 183, de 1 de outubro de 2020, p.4.

25. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar tem por finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar, o combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo, a regularização fundiária das terras públicas, a assistência técnica e extensão rural, a ampliação das oportunidades de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e familiares e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável do Estado, conforme disposto nas Medidas Provisórias nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e nº 187, de 02 de janeiro de 2015 e nas Leis nº 10.213, de 9 de março de 2015 e nº 10.205, de 23 de fevereiro de 2015.

25. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF)

providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 90, de 18 de maio de 2020, p.1.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

O Decreto nº 35.205 de 20 de setembro de 2019 organiza a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária Extensão Rural do Maranhão (AGERP).

A Lei nº 11.163, de 12 de novembro de 2019 altera a Lei nº 8.562, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP/MA.

2020

O Decreto nº 35.817, de 14 de maio de 2020 reorganiza a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.205 de 20 de setembro de 2019.** Dispõe sobre a organização da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária Extensão Rural do Maranhão (AGERP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 181, de 23 de setembro de 2019, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.163, de 12 de novembro de 2019.** Altera a Lei nº 8.562, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP/MA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 217, de 13 de novembro de 2019, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.817, de 14 de maio de 2020.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e dá outras

26. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar tem por finalidade de coordenação e operacionalização das Políticas Públicas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e programas de transferência de renda, incentivos a empreendimentos econômicos em áreas urbanas e rurais, implantação de infraestrutura, de natureza social, produtiva e equipamentos de proteção e desenvolvimento social, assessorando, supervisionando e implementando as ações dirigidas aos segmentos populacionais em situação de risco e vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, com o objetivo de proteger e contribuir para sua inclusão e promoção social, conforme o disposto na Medida Provisória nº 209, de 16 de setembro de 2015, convertida na Lei nº 10.336, de 13 de outubro de 2015.

26. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

A Lei nº 11.171, de 25 de novembro de 2019 dispõe sobre o Banco de Alimentos do Estado do Maranhão - Equipamento público de segurança alimentar e nutricional, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES).

2020

A Lei nº 11.324, de 17 de agosto de 2020 extingue a Gerência de Inclusão Socioprodutiva (GISP), órgão desconcentrado vinculado à estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e dispõe sobre a condução de veículos oficiais por servidores públicos para o exercício de suas atribuições funcionais, altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995.

2021

O Decreto nº 36.581, de 10 de março de 2021 altera o Decreto nº 31.070, de 03 de setembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.171, de 25 de novembro de 2019.** Dispõe sobre o Banco de Alimentos do Estado do Maranhão - Equipamento público de segurança alimentar e nutricional, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 225, de 26 de novembro de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.324, de 17 de agosto de 2020.** Extingue a Gerência de Inclusão Socioprodutiva (GISP), órgão

desconcentrado vinculado à estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), dispõe sobre a condução de veículos oficiais por servidores públicos para o exercício de suas atribuições funcionais, altera a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 153, de 18 de agosto de 2020, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.581, de 10 de março de 2021.** Altera o Decreto nº 31.070, de 03 de setembro de 2015, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 49, de 11 de março de 2021, p.10.

27. SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA (SEINC)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia tem por finalidade formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento econômico e social do Estado, enfatizando o estímulo à criação e ampliação de empreendimentos industriais e comerciais, bem como executar a política governamental de aproveitamento e exploração dos recursos minerais e energéticos, nos limites da competência do Estado, conforme disposto na Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017 convertida na Lei nº 10.567, de 15 de março de 2017.

27. SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA (SEINC)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), por meio da Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019, a Secretaria-Adjunta de Micro e Pequenas Empresas que tem por finalidade formular, implementar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar as políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para a promoção do desenvolvimento das empresas abrangidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Decreto nº 34.704, de 18 de março de 2019 dá nova redação ao Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

A Lei nº 11.013, de 24 de abril de 2019 institui o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, autoriza a modificação do objeto social, quanto à Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

O Decreto nº 34.925, de 5 de junho de 2019 aprova o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA).

2021

O Decreto nº 36.517, de 25 de fevereiro de 2021 altera o Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), aprovado pelo Decreto nº 34.704, de 18 de março de 2019.

O Decreto nº 36.849, de 9 de julho de 2021 aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Medida Provisória nº 291, de 22 de fevereiro de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 38, de 22 de fevereiro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.704, de 18 de março de 2019.** Dá nova redação ao Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 52, de 19 de março de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.000, de 02 de abril de 2019.** Reorganiza a estrutura da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), extingue a Comissão Central Permanente de Licitação, recria a Secretaria de Estado do Turismo, transforma a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais em Secretaria de Estado de Programas Estratégicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 64, de 04 de abril de 2019, p.65.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.013, de 24 de abril de 2019.** Institui o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, autoriza a modificação do objeto social, quanto à Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 24 de abril de 2019, p.5.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.925, de 5 de junho de 2019.** Aprova o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 106, de 06 de junho de 2019, p.3.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.517, de 25 de fevereiro de 2021.** Altera o Estatuto Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), aprovado pelo Decreto nº 34.704, de 18 de março de 2019. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 39, de 25 de fevereiro de 2021, p.9.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.849, de 9 de julho de 2021.** Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 128, de 9 de julho de 2021, p.7.

28. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER (SEDEL)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei nº 4.012, de 26 de abril de 1958.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Esporte e Lazer tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do desporto e do lazer bem como administrar e conservar as praças de esporte, promover, assessorar e defender, sob a ótica educacional e comunitária, formas de produções esportivas, de lazer e recreativas, a partir da realidade local, estimulando a incorporação de hábitos na população, visando à melhoria da qualidade de vida, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e da Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

28. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER (SEDEL)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica instituído, no âmbito do Estado do Maranhão, por meio da Lei nº 11.010 de 24 de abril de 2019, o Programa Bolsa-Atleta, visando democratizar o acesso à prática e à cultura físico-desportiva, valorizar e beneficiar o esporte estudantil maranhense.

A Lei nº 11.083, de 24 de julho de 2019 reorganiza o Conselho Estadual de Esporte e Lazer (CONESP).

O Decreto nº 35.412, de 22 de novembro de 2019 regulamenta a Lei nº 11.083, de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Esporte e Lazer e dá outras providências, e a Lei nº 8.702, de 05 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes.

2021

O Decreto nº 36.733, de 18 de maio de 2021 organiza a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL).

O Decreto nº 37.192, de 17 de novembro de 2021 remaneja cargos em comissão entre estruturas do Poder Executivo, e altera o Decreto nº 36.733, de 18 de maio de 2021, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.010 de 24 de abril de 2019.** Institui o Programa Bolsa-Atleta e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 76, de 24 de abril de 2019, p.2.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.083, de 24 de julho de 2019.** Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Esporte e Lazer (CONESP) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 138, de 24 de julho de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.412, de 22 de novembro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 11.083, de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Esporte e Lazer e dá outras providências, e a Lei nº 8.702, de 05 de novembro de 2007, que cria o Fundo Estadual de Esportes e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 224, de 25 de novembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 36.733, de 18 de maio de 2021.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 94, de 19 de maio de 2021, p.10.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 37.192, de 17 de novembro de 2021.** Remaneja cargos em comissão entre estruturas do Poder Executivo, e altera o Decreto nº 36.733, de 18 de maio de 2021, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL). Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 214, de 17 de novembro de 2021, p.5.

29. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETRES)

NATUREZA

Administração Direta.

BASE LEGAL DE CRIAÇÃO

Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.

FINALIDADE

A Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária tem por finalidade de formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, programas, projetos e ações de estímulo à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de capacitação profissional da população economicamente ativa, intermediação de mão-de-obra, apoio ao combate às formas de precarização do trabalho, melhoria da qualidade dos postos de trabalho e estímulo ao desenvolvimento de iniciativa de economia solidária, como instrumentos de inclusão social, desconcentração da renda e melhoria da qualidade e vida, conforme o disposto na Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015 e na Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.

29. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (SETRES)

ELEMENTOS HISTÓRICOS

2019

Fica criado por meio Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019, o Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) com a finalidade de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação, oficinas de empreendedorismo, artes e cultura.

A Lei nº 11.168, de 21 de novembro de 2019 cria o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda – CONSET.

2020

O Decreto nº 35.587, de 3 de fevereiro de 2020 altera o Decreto nº 34.230, de 18 de junho de 2018, que institui o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL/MA).

LEGISLAÇÃO

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.137, de 28 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a criação do Centro de Iniciação ao Trabalho e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 163, de 28 de agosto de 2019, p.12.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 11.168, de 21 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda - CONSET, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 223, de 22 de novembro de 2019, p.1.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 35.587, de 3 de fevereiro de 2020.** Altera o Decreto

nº 34.230, de 18 de junho de 2018, que institui o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL/MA) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, Maranhão, 23, de 3 de fevereiro de 2020, p.1.



**SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS - SONPAD**